



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO,
DOS ARQUIVOS E DAS
BIBLIOTECAS

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS

PLANO DE ATIVIDADES 2015

ABREVIATURAS

ADPRT	Arquivo Distrital do Porto
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AP	Administração Pública
CPF	Centro Português de Fotografia
CRAV	Consulta Real em Ambiente Virtual
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DSAN	Direção de Serviços de Arquivística e Normalização
DSB	Direção de Serviços de Bibliotecas
DSIAE	Direção de Serviços de Inovação e Administração Eletrónica
DSL	Direção de Serviços do Livro
DSPGI	Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Informação
GEPAC	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
IAN/TT	Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo
MEF	Macroestrutura Funcional
MIT	Meta Informação para a Interoperabilidade
ODA	Orientação para a Descrição Arquivística
OE	Orçamento do Estado
PARAM	Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central do Estado
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PREMAC	Plano de Redução e Melhoria da Administração Central
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RCBP	Rede de Conhecimento de Bibliotecas Públicas
RNBP	Rede Nacional de Bibliotecas Públicas
RODA	Repositório de Objetos Digitais Autênticos
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
UO	Unidades Orgânicas

1. Caracterização do Serviço

1.1. Enquadramento legal.

1. Orgânica e funcionalmente a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa sendo tutelado pelo Secretário de Estado da Cultura.
2. As suas atuais atribuições e orgânica interna foram definidas pelo Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio, que operou a fusão da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas com a Direção-Geral dos Arquivos, no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), definindo a respetiva missão, atribuições e tipo de organização interna obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada. Através da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho, foi fixada a estrutura nuclear da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e as competências das respetivas unidades orgânicas, bem como fixado o número máximo de unidades orgânicas flexíveis.
3. Assim, nos termos do PREMAC e em consonância com a orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, instituída pelo Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, no que respeita aos serviços e organismos da área da cultura, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, resulta da fusão da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas com a Direção-Geral dos Arquivos, sucedendo nas respetivas atribuições, com exceção das atribuições da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas relativas à Biblioteca Pública de Évora.
4. Salienta-se que os serviços de arquivo da DGLAB possuem à sua guarda cerca de 200km de documentos e que de entre eles o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, herdeiro do Real Arquivo da Coroa Portuguesa, possui atualmente à sua guarda cerca de 90km de documentos e detém originais desde o Século IX.
5. Como enquadramento legal da atividade, menciona-se ainda, em termos globais, o estabelecido nos diplomas que regem o Regime Geral de Arquivos, decorrendo atualmente um processo detalhado de análise e estudo com vista à sua eventual revisão.
Dentro do mesmo quadro legal importa também referenciar o enquadramento da atividade dado pelas disposições que regulam o acesso aos documentos administrativos e a proteção dos dados pessoais, bem como as de segurança de matérias classificadas.
6. O enquadramento da atividade assenta também **reorientação estratégica da política arquivística nacional**⁽¹⁾, aspeto que reputamos de particular relevância para a DGLAB.

¹ Para uma melhor explicitação desta matéria ver Boletim «Arquivos Nacionais», nº 14, Dezembro de 2005, cujo balanço geral foi também Publicado no «Boletim DGARQ», nº 11, 2009, sob o título: «A DGARQ e a Política Arquivística Nacional», disponíveis no <http://arquivos.dglab.gov.pt/boletim/>

7. Da reorientação estratégica promovida no âmbito do Compromisso Eficiência decorre que a DGLAB, a par da atividade voltada para,

- (i) a responsabilidade de custodiar o património arquivístico e cultural histórico e de facultar o acesso aos documentos, assegurando a consulta presencial ou remota, bem como, a sua divulgação e fruição; a responsabilidade na gestão administrativa da AP, no âmbito da modernização administrativa e do governo eletrónico, mediante o desenvolvimento de políticas com vista à sustentabilidade de uma cultura organizacional racional, rigorosa e transparente, essenciais para o funcionamento em pleno das sociedades democráticas. (²).
- (ii) também se constitui, hoje, como organismo responsável pela execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura, pela elaboração e desenvolvimento de programas e projetos que contribuam para a consolidação de uma economia sustentável do setor do livro, pela promoção do livro e do autor português no estrangeiro, pelo desenvolvimento e consolidação de uma rede de bibliotecas públicas municipais e pela intensificação da difusão do livro português nos países de língua oficial portuguesa.

Por último, é de salientar que os Arquivos, dada a sua natureza, são organizações em permanente crescimento face à sucessiva incorporação de documentos, em cumprimento da lei, face às novas áreas da constituição e gestão de arquivos eletrónicos, internos e externos à Administração Pública, e aos fenómenos do incremento diversificado do número de clientes. Neste sentido destaca-se que o presente momento de Reforma da Administração Pública, determinando a extinção de organismos e recolha de documentos produzidos por funções do Estado extintas, como os Governos Civis, acelera ainda mais esta característica. Um outro fator que se tem revelado decisivo é a elaboração de portarias de gestão de documentos, identificando, como no caso do Ministério da Justiça, os arquivos dependentes da DGLAB, como prestadores de serviço de depósito de documentos dos tribunais e em última instância os responsáveis pela salvaguarda desta importante parte da memória e identidade nacional.

1.2. Missão

De acordo com a sua lei orgânica, “A DGLAB tem por missão assegurar a coordenação do sistema nacional de arquivos e a execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura”³.

² É também este o sentido para o qual apontam as orientações, tanto do Conselho Internacional de Arquivos, como da Comissão Europeia, à luz das quais se considera inaceitável prolongar uma situação de não envolvimento ou desatenção do sector cultural face aos processos de *produção* e de *gestão* de documentos junto das administrações. Na verdade, uma *política de gestão integrada de arquivos* – gestão contínua do ciclo de vida dos documentos de arquivo – é condição crítica para garantir, de uma forma sustentada, a salvaguarda e o acesso permanente ao património arquivístico; é condição crítica, ainda, para efetivar a transparéncia da Administração, promover o uso dos direitos de acesso aos documentos da administração, fomentando o desenvolvimento de uma cultura democrática.

³ - Cfr. n° 1 do art.º 2 do Decreto-Lei nº 103/2012, de 16/maio.

1.3. Visão

Fruto do seu posicionamento estratégico no domínio da política arquivística, enquanto entidade coordenadora do sistema nacional de arquivos, e das suas responsabilidades ao nível da execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura, a DGLAB assume como visão estratégica constituir-se como organismo de excelência e de referência a nível nacional e internacional, apostando na constante valorização dos seus recursos humanos e na qualidade dos produtos e serviços prestados aos seus clientes.

1.4. Atribuições

Para a concretização da sua missão, a DGLAB é detentora de um leque, hoje mais alargado, de atribuições:

Na área do Livro:

- ✚ Assegurar o desenvolvimento de uma política do livro não escolar e da leitura; promover a leitura, em articulação com os setores públicos e privado; fomentar a criação em todos os domínios da produção literária, através do apoio à criação e à edição, a prémios e a entidades que concorram para o desenvolvimento do setor do livro; estimular a pesquisa e a elaboração de estudos, em particular sobre o mercado do livro e sobre os hábitos de leitura, em articulação com o GEPAC; elaborar e desenvolver programas e projetos que contribuam para a consolidação de uma economia sustentável do setor do livro; promover uma reformulação do quadro normativo do setor do livro; planear e executar a difusão dos autores portugueses e das respetivas obras no estrangeiro; intensificar a difusão do livro português nos países de língua oficial portuguesa, sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros; produzir e disponibilizar informação sobre autores portugueses, editores e livrarias; representar o setor do livro em organismos e fóruns internacionais em articulação com o GEPAC.

Na área dos Arquivos:

- ✚ Assegurar a execução e o desenvolvimento da política arquivística nacional e o cumprimento das obrigações do Estado no domínio da património arquivístico e da gestão de arquivos, em qualquer forma ou suporte e em todo o território nacional; promover a qualidade dos arquivos enquanto recurso fundamental ao exercício da atividade administrativa, de prova ou de informação visando a sua eficiência e eficácia, nomeadamente no que se refere às suas relações com os cidadãos; superintender técnica e normativamente e realizar ações de auditorias em todos os arquivos do Estado, autarquias locais e empresas públicas, bem como em todos os conjuntos documentais que, nos termos da lei, venham a integrar o património arquivístico e fotográfico protegido; assegurar a aplicação das disposições integrantes da lei de bases da política cultura e do regime de proteção e valorização do património cultural, no âmbito do património arquivístico e fotográfico; promover o desenvolvimento e a qualificação da rede nacional de arquivos e facilitar o acesso integrado à informação arquivística; assegurar, em articulação com as entidades competentes, a cooperação internacional no domínio arquivístico; exercer, em representação do Estado, o direito de preferência em caso de alienação, designadamente em hasta pública ou leilão, de espécies arquivísticas valiosas ou de interesse histórico-cultural do património arquivístico e fotográfico, independentemente da sua classificação ou inventariação; exercer, em representação do Estado, os demais direitos patrimoniais relativos ao acervo de que é depositário; aceitar, em representação do Estado, doações, heranças e legados desde que previamente autorizados pelo membro do Governo responsável pela área da cultura, bem como

aceitar dação, depósito, incorporação, permuta ou reintegração de documentos de arquivo; representar o setor dos arquivos em organismos e fóruns internacionais em articulação com o GEPAC.

Na área das Bibliotecas:

- ✚ Assegurar a execução da política nacional para as bibliotecas públicas, em conformidade com as orientações dos organismos do setor, em articulação com as autarquias, às quais compete a tutela e gestão desses equipamentos; superintender técnica e normativamente as bibliotecas públicas, de acordo com o quadro legislativo para o setor; acompanhar a evolução da sociedade da informação e do conhecimento, promovendo no setor das bibliotecas públicas a produção e o acesso a recursos e serviços eletrónicos; promover a qualidade do serviço de biblioteca pública procedendo, regularmente e em articulação com o GEPAC, à sua avaliação, bem como à elaboração de estudos; promover, em conjunto com outras entidades, a formação dos técnicos de bibliotecas; promover, em colaboração com outras entidades, à reformulação do quadro normativo do setor; representar o setor das bibliotecas em organismos e fóruns internacionais em articulação com o GEPAC.

1.5. Estrutura organizacional

A DGLAB, enquanto serviço executivo da administração direta do Estado, exerce as suas **competências em todo o território nacional** e comprehende **unidades orgânicas geograficamente desconcentradas**, encontrando-se organizada internamente de acordo com o **modelo de estrutura hierarquizada** preconizado na Lei nº 103/2012, de 16/mayo.

A **estrutura da DGLAB⁴** é constituída pelas seguintes unidades orgânicas **nucleares**:

- ✚ Direção de Serviços do Livro (DSL);
- ✚ Direção de Serviços de Arquivística e Normalização (DSAN);
- ✚ Direção de Serviços de Inovação e Administração Eletrónica (DSIAE);
- ✚ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT);
- ✚ Centro Português de Fotografia (CPF);
- ✚ Arquivo Distrital do Porto (ADPRT);
- ✚ Direção de Serviços de Bibliotecas (DSB);
- ✚ Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Informação (DSPGI)

Por Despacho n.º 9339/2012, e de acordo com o limite fixado no artigo 10.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho, para o número de unidades orgânicas flexíveis, foi determinada a criação das unidades orgânicas flexíveis seguintes:

1. Divisão de Normalização e Apoio à Administração, integrada na Direção de Serviços de Arquivística e Normalização⁵.
2. Divisão de Comunicação e Acesso e Divisão de Tratamento Técnico Documental e Aquisições, integrada no Arquivo Nacional Torre do Tombo⁶.

⁴ Aprovada ao abrigo da Portaria nº 192/2012, de 19/junho.

⁵ Com as competências previstas no artigo 3.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho

⁶ Com as competências previstas no artigo 5.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho

3. Divisão de Sistemas de Informação, Estatística e Qualidade, integrada na Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Informação⁷.
4. Divisão de Disponibilização e Produção de Conteúdos Digitais, na dependência do Diretor Geral da DGLAB.
5. Arquivos de âmbito distrital⁸, em n.º de 17:
 - a) Arquivo Nacional da Torre do Tombo/arquivo distrital de Lisboa;
 - b) Centro Português de Fotografia;
 - c) Arquivo Distrital do Porto;
 - d) Arquivo Distrital de Aveiro;
 - e) Arquivo Distrital de Beja;
 - f) Arquivo Distrital de Bragança;
 - g) Arquivo Distrital de Castelo Branco;
 - h) Arquivo Distrital de Évora;
 - i) Arquivo Distrital de Faro;
 - j) Arquivo Distrital da Guarda;
 - k) Arquivo Distrital de Leiria;
 - l) Arquivo Distrital de Santarém;
 - n) Arquivo Distrital de Setúbal;
 - o) Arquivo Distrital de Viana do Castelo;
 - p) Arquivo Distrital de Vila Real;
 - q) Arquivo Distrital de Viseu.

A organização interna da DGLAB é representada pelo organograma que segue em **Anexo I**.

1.6. Meios humanos e materiais

A reorientação da política arquivística, assim como uma redefinição nos apoios à rede de bibliotecas públicas municipais e à criação, edição e leitura, determinando maiores responsabilidades à instituição, **exige meios mais adequados**, (i) quer em recursos humanos especializados, de forma que possam ser impulsionados os novos processos e permitir o desenvolvimento de novas competências, (ii) quer em recursos orçamentais, a afetar quer na área do funcionamento, quer no investimento.

1.6.1. Recursos Humanos

Como se vem referenciando em diversos documentos estratégicos já elaborados, é crucial para a instituição o problema da **capacitação e especialização dos recursos na área de negócio**, concretamente:

- Nas competências específicas à área de negócio (anteriormente designados técnicos superiores de arquivo e técnicos profissionais de arquivo). Existem arquivos distritais onde o Diretor é o único profissional de arquivo.

⁷ Com as competências previstas no artigo 8.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho

⁸ Conforme identificados nas alíneas d) a q) do anexo I a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto -Lei n.º 103/2012, de 16 de maio

- Nas necessidades de colaboradores **com competências de gestão de arquivos eletrónicos**. Está em causa o incremento das transações eletrónicas na AP e consequentemente a gestão de documentos eletrónicos e a preservação a longo prazo de arquivos digitais.
- Na reorganização das equipas técnicas nas áreas do Livro e das Bibliotecas. De facto, nos últimos anos, têm sido inúmeras as aposentações nestas áreas, e, dado que não foram substituídas por novos quadros, tal situação originou uma diminuição da sua competência e, consequentemente, uma redução da sua intervenção qualificada.

1.6.2. Recursos Financeiros

Um dos maiores constrangimentos dos últimos anos desta Direção-Geral tem sido a suborçamentação sistemática na área do investimento em relação às suas constantes necessidades. De facto, as necessidades a contraciclo desta Direção-Geral obrigam-na, em particular na área dos Arquivos, a investimentos constantes em eixos como, por exemplo, a preservação digital e a produção e a acessibilização de conteúdos.

Por outro lado, têm existido constrangimentos constantes nas verbas disponíveis para o funcionamento, determinando a redução de custos de **pessoal** e de **estrutura**, que poderão afetar as atividades (adiante identificadas) e rotinas necessárias à **obtenção dos resultados previstos para a organização** e, consequentemente, as atribuições e competências que lhe são devidas.

Saliente-se que é previsível que a DGLAB venha a necessitar de um ajustamento no orçamento de funcionamento, tendo em conta a redução da dotação das rubricas vocacionadas para os encargos de manutenção e o agravamento quase inevitável destas custas para o conjunto de edifícios em que expande a sua atividade.

Além disso, é também já previsível que, com orçamento de funcionamento de 2015, não seja possível processar o pagamento integral dos custos de transporte dos livros não escolares para as Regiões Autónomas, a que a DGLAB é obrigada pelo D.L. 43/2006, de 26 de Fevereiro. Para obviar a esta situação, já foi proposta sua revogação parcial, havendo a expectativa que havendo a expectativa que esta venha a ser consagrada sob a forma de lei brevemente.

Sinalizaremos **as áreas** em que o investimento é particularmente sensível para a DGLAB:

Área de Arquivo

- (i) Nos novos projetos decorrentes da execução da Medida 15 da Resolução do Conselho de Ministros nº 12/2012, de 7 de Fevereiro, sobre a Central Eletrónica dos Arquivos do Estado e do tratamento técnico dos extintos Governos Civis. Qualquer destes projetos, dada a sua envergadura, exige meios humanos e financeiros particularmente avultados; o primeiro, pois como é referido no Anexo III, foi detetado, através do *Inquérito à situação arquivística do estado em 2012-2013*, mais de cinco mil quilómetros de documentos existentes nas Administrações Central e Local do Estado e no Setor Empresarial do Estado); o segundo, porque a transferência, mesmo parcialmente, da

documentação dos arquivos dos Governos Civis, implicará cerca de 500 000,00 € de estantes e um reforço das competências, assim como a inevitável adaptação de espaços (basta referir que, dada a impossibilidade física do A.D. de Viseu em receber eventualmente a documentação arquivística do respetivo Governo Civil, esta terá que ser deslocalizada para o A.D de Vila Real, até se concretizar para o primeiro um projeto de expansão do presente edifício).

(ii) nas áreas da pesquisa e sedimentação de *soluções da preservação digital*, de comunicações e serviços à distância ao utilizador (CRAV), bem como nas de dotação da rede dos arquivos dependentes em equipamentos informáticos e comunicações. O investimento é indispensável e muito visível para o utilizador externo no Portal Português de Arquivos, visto que estão disponíveis cerca de doze milhões de imagens de documentos. De facto, as verbas disponíveis para investimento nestas áreas dificilmente podem corresponder às **necessidades decorrentes da progressiva implantação das transações eletrónicas** na generalidade da Administração Pública, que é, como se sabe, um objetivo alinhado com o compromisso governamental no âmbito da Agenda Portugal Digital.

(iii) na área do cumprimento com as responsabilidades de proteção e defesa das infraestruturas construídas que alojam a documentação e a prestação de serviços. Trata-se da manutenção de **17 edifícios**, disseminados pelo país, alguns classificados como monumentos nacionais ou monumentos de interesse público, bem como dos *equipamentos base adstritos* de que salientamos os de climatização, indispensáveis à preservação da documentação em depósito, e dos sistemas de prevenção quer de incêndio, quer de intrusão. Existem arquivos onde os sistemas estão próximos, ou já atingiram, a obsolescência e carecem de ser substituídos, outros casos de ser instalados. Há ainda intervenções essenciais decorrentes de infiltrações, ou de outras patologias nas estruturas, que afetam a salvaguarda dos documentos.

Assim, tendo em conta que os edifícios não têm sido objeto de devida manutenção por escassez de meios, no ano de 2015, nesta área, devem ser destacados os seguintes projetos específicos:

- a. Realização de empreitada de obras de recuperação de recuperação e manutenção do edifício da Antiga Cadeia da Relação, sede do Centro Português de Fotografia, ao abrigo do contrato de financiamento celebrado em 2014 com o Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, no valor de €: 807.347,94.
- b. Apresentação de candidatura, no valor estimado de €: 200.800,00, ao Fundo de Salvaguarda do Património Cultural para financiamento da reinstalação da Coleção Nacional de Fotografia (agora) no piso térreo do edifício da Antiga Cadeia da Relação, sede do Centro Português de Fotografia, em resultado das conclusões do Relatório de Inspeção e Diagnóstico às fachadas do edifício, que devido às sobrecargas no edifício provocam deformações naquelas.
- c. Conclusão do estudo/projeto de viabilidade da readaptação do edifício anexo à atual sede do Arquivo Distrital de Viseu (conhecida por “Casa Amarela”) que de acordo com as conversações já encetadas com a Câmara Municipal visa permitir ampliar as suas instalações e integrar o Arquivo Municipal. Para esse fim, o edifício, doado pela Autarquia, terá que sofrer significativas obras de reforço estrutural e de adaptação a

- depósitos, estando previsto a Câmara Municipal apresentar este projeto a financiamento de fundos comunitários.
- d. Elaboração dos projetos de execução das obras aprovadas pelo Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial na sequência das candidaturas apresentadas para os Arquivos Distritais de Viana do Castelo e Castelo Branco, com vista à celebração do respetivo contrato de financiamento e inscrição dos projetos no orçamento da DGLAB na fonte de financiamento 129.
 - e. No âmbito da avaliação do estado de conservação do edifício da Torre do Tombo, edifício com mais de vinte anos de pleno funcionamento e que nunca sofreu obras de manutenção global, pretende-se proceder à:
 - f. Elaboração de sondagens com o objetivo de diagnosticar as patologias nas peças do revestimento das fachadas, com vista à sua reabilitação.
 - g. Avaliação das soluções do mercado com vista à substituição do sistema de extinção de incêndios no edifício.
 - h. Realização da empreitada de adaptação de parte do piso -1 para depósito das publicações da ex-CNDP
 - i. Necessidades de ampliação das áreas de depósitos em vários arquivos, com particular incidência no Arquivo Distrital da Guarda, sendo a de maior dimensão a do Arquivo Distrital do Porto.

Área do Livro

- (iv) Apoio à Divulgação dos Autores no Estrangeiro:** o apoio dado a editores estrangeiros tem reflexo direto na economia portuguesa, em particular no sector do livro. Os escritores e a literatura portuguesa são hoje um elemento essencial da presença portuguesa no contexto internacional. Devem ser mantidos os programas de fundo, existentes há muitos anos: Programa de Apoio à Tradução, Programa de Apoio à Edição no Brasil, Programa de Apoio à Ilustração Portuguesa no estrangeiro, apoio à deslocação de autores, participação nas Feiras do Livro internacionais, designadamente, Bolonha e Frankfurt, e parcerias internacionais.
- (v) Promoção da Leitura:** O Programa Nacional de Promoção da Leitura da DGLAB, existente desde 1997 e que em 2004 sofreu uma inflexão estratégica que veio a ser apoiada pelo Plano Nacional de Leitura a partir de 2006, começa hoje a ver resultados de forma mais clara, já que os últimos estudos ("A Leitura em Portugal", Observatório das Atividades Culturais, 2007) apontam para um crescimento dos hábitos de leitura dos portugueses relativamente aos resultados do anterior estudo de 1997; também as camadas mais jovens, designadamente os alunos de 15 anos, apresentaram pela primeira vez em 2010 (PISA, OCDE, 2010) uma tendência de subida dos índices de literacia. No entanto, têm ainda desempenhos moderados a nível da literacia em contexto de leitura, colocando-se abaixo dos valores médios dos países da OCDE. Por conseguinte, torna-se necessário retomar rapidamente este Programa Nacional de Promoção da Leitura (que inclui as Ações de Promoção da Leitura em Estabelecimentos Prisionais, resultante de um protocolo com a DGSP), visto que é o único existente, a nível nacional, que integra ações de formação de mediadores da leitura, além de ações de promoção da leitura vocacionadas para público adulto. Nesse sentido, não só é um complemento fundamental do Plano Nacional de Leitura (que, como é sabido, está orientado de forma estrutural para a população escolar), como permite dinamizar a rede

de bibliotecas públicas municipais, reforçando o seu papel comunitário e contribuindo para combater a exclusão social resultante da iliteracia.

Área das Bibliotecas

- (vi) Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: considera-se indispensável, não só a continuação, como também o reforço, do apoio técnico e financeiro (de acordo com os recursos disponíveis), à criação, instalação e desenvolvimento de serviços para as bibliotecas e cidadãos em geral, garantindo, de acordo com as recomendações para o sector, que o serviço de biblioteca pública cumpra os seus objetivos. Considera-se ainda, atendendo a que muitas das infraestruturas já estão construídas, que a DGLAB deve reforçar a sua atuação na avaliação dos recursos e serviços das bibliotecas por si apoiadas, o que poderá ser um ponto de partida para a necessária reflexão sobre a reformulação do Programa em consonância com a elaboração de legislação que permita, entre outros aspetos, garantir o cumprimento dos contratos-programa celebrados com os municípios e rentabilizar o investimento já realizado pela administração central. A DGLAB não deve limitar a sua atuação ao nível de criação de infraestruturas, pelo que deverá, também através do Portal da Rede de Conhecimento de Bibliotecas Públicas (RCBP), dar continuidade ao desenvolvimento de recursos e serviços para as bibliotecas e cidadãos em geral, possibilitando a divulgação, num único Portal, dos serviços e recursos das bibliotecas da RNBP.
- (vii) Assim, e procurando contrariar a redução do investimento autárquico, resultante da própria crise económica e financeira, nas bibliotecas públicas municipais, a DGLAB procura desencadear, em 2015, um novo programa de requalificação dos serviços destes equipamentos, através do estabelecimento de parcerias com os Municípios, com componentes de financiamento e apoio técnico na aquisição de fundos bibliográficos, na renovação dos meios informáticos, na qualificação, através de ações de formação, dos seus quadros, no estímulo à leitura, e que visa não só a rentabilização dos investimentos já efetuados na construção e equipamento destes espaços, mas também a criação de condições para o estabelecimento de redes regionais.

2. Objetivos.

Irá, em complemento deste Plano de Atividades, apresentar-se superiormente a presente proposta de QUAR para o ano biénio 2015-2016. Nele estão espelhados os **objetivos estratégicos e os operacionais** que se considera referenciais para o atual Plano de Atividades.

Na medida em que não existem alterações significativas, tanto em termos orgânicos (no quadro da sua missão, atribuições e competências) como no contexto sociocultural em que a DGLAB intervém, mantêm-se os mesmos objetivos estratégicos que se definiram para o biénio 2013-2014. Assim:

ANOS: 2015	ÚLTIMA ACTUALIZAÇÃO	03-10-2014
Presidência do Conselho de Ministros / Secretário de Estado da Cultura Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)		
MISSÃO: A DGLAB tem por missão assegurar a coordenação do sistema nacional de arquivos e a execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura		
Objetivos Estratégicos	DESIGNAÇÃO	META 2014
OE 1: Estruturar, valorizar e promover redes e comunidades de arquivos, públicos e privados, enquanto instrumento de accountability, eficiência e eficácia da gestão.		
OE 2: Construir estruturas sociais e tecnológicas que processem, acessibilizem e promovam a disseminação e fruição de conteúdos culturais.		
OE 3: Divulgar o livro e o autor português no estrangeiro.		
OE 4: Promover a criação literária e a leitura.		
OE 5: Apoiar a modernização de bibliotecas públicas municipais.		

Quanto aos Objetivos Operacionais, tendo em conta a imprevisibilidade da operacionalização de vários aspetos da atividade desta Direção-Geral, mantêm-se na sua maioria. No entanto, efetuam-se algumas substituições nos Objetivos e alteram-se naturalmente alguns indicadores naqueles que se mantêm.

Assim, são os seguintes os Objetivos Operacionais que se irão propor:

OBJETIVOS OPERACIONAIS												
EFICIÁCIA												
001 Assegurar a continuidade dos diferentes programas de apoio à edição, à tradução e à participação da DGLAB e dos autores portugueses nos principais certames internacionais ligados ao livro.										PESO 40%		
INDICADORES	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações		Resultado	Taxa Realização	Classificação	
Ind.01 # de apoios a obras publicadas no estrangeiro e a presenças de autores, feitas direta ou indiretamente.	...	100	100	10	125	100%	Método de Medida: Contabilização de apoios. Considera-se objetivo ATINGIDO se o resultado do indicador se situar entre #90 e #110. Considera-se EXCELENTE se o resultado for = ou > que VC. Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do Indicador será = a 125%					
002 Promover ou apoiar iniciativas que contribuam para o fomento da criação literária e para o aumento de públicos leitores.										35%		
INDICADORES	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações		Resultado	Taxa Realização	Classificação	
Ind.02 # de iniciativas desenvolvidas pela DGLAB ou por associações e instituições que prossigam os mesmos objetivos em articulação com a DGLAB.	...	60	60	3	75	100%	Método de Medida: Contabilização de iniciativas desenvolvidas. Considera-se objetivo ATINGIDO se o resultado do indicador se situar entre #57 e #63. Considera-se EXCELENTE se o resultado for = ou > que VC. Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do Indicador será = a 125%					
003 Incrementar a utilização da Macroestrutura Funcional (MEF) na Administração Pública fomentando a avaliação da informação arquivística no âmbito suprainstitucional										35%		
INDICADORES	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações		Resultado	Taxa Realização	Classificação	
Ind.03 Estudo metodológico sobre a "avaliação suprainstitucional" na Administração pública	30-nov	30	30-set	100%	Método de Medida: Data de apresentação do estudo metodológico Considera-se objetivo ATINGIDO se concretizado entre 30 de outubro e 30 de dezembro. Considera-se EXCELENTE se concretizado até 30 de setembro (VC). Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do indicador será igual a 125%					
EFICIÊNCIA												
004 Aumentar a emissão de certificados eletrónicos em transações a pedido de organismos públicos										PESO 40%		
004 Aumentar a emissão de certificados eletrónicos em transações a pedido de organismos públicos										30%		
INDICADORES	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações		Resultado	Taxa Realização	Classificação	
Ind.04 % de certificados eletrónicos emitidos em transações a pedido de organismos públicos	70%	10%	87,50%	100%	Método de Medida: Percentagem de certificados eletrónicos emitidos em transações a pedido de organismos públicos. NOTA: Neste cômputo não é tido em consideração a emissão de certidões eletrónicas a pedido do cidadão. Considera-se objetivo ATINGIDO se o resultado do indicador se situar entre 60% e 80%. Considera-se EXCELENTE se o resultado for = ou > que VC. Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do Indicador será = a 125%					

005 Disponibilizar conteúdos na web, contribuindo para afirmar a importância da língua portuguesa como instrumento de identidade de Portugal no mundo, incluindo património arquivístico comum com os países da CPLP.											30%
INDICADORES		2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.05	# de imagens disponibilizadas		1.000.000	1.500.000	200.000	1.875.000	70%	Método de Medida: Contabilização de imagens disponibilizadas em ambiente WEB nos sítios da rede DGARQ. Considera-se objetivo ATINGIDO se o resultado do indicador se situar entre #1.300.000 e #1.700.000. Considera-se EXCELENTE se o resultado for = ou > que VC. Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do Indicador será = a 125%			
INDICADORES		2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.06	# de registos descritivos disponibilizadas		100.000	250.000	40.000	312.500	30%	Método de Medida: Contabilização do número de Registos Descritivos disponibilizados. Considera-se objetivo ATINGIDO se o resultado do indicador se situar entre #290.000 e #210.000 Considera-se EXCELENTE se o resultado for = ou > que VC. Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do Indicador será = a 125%			
006 Garantir a eficiência gestionária dos recursos orçamentais da DG											25%
INDICADORES		2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.07	Taxa de execução orçamental.	...	95%	95%	2%	98%	100%	Rácio entre recursos orçamentais consumidos no funcionamento da DG e os recursos disponibilizados (monitorizar a execução DF/ODF, sendo que DF = soma dos agrupamentos «Despesas com o pessoal», «Aquisição de bens e serviços correntes», «Aquisição de bens de capital», «Transferências» e «Subsídios»; ODF = ao orçamento nesses grupos, calculado pelo orçamento inicial, deduzido das cavações e reserva; inclui alterações orçamentais/gestão flexível, desde que por contrapartida de rubricas do orçamento próprio do serviço [(DF/ODF)x100])			
007 Garantir a avaliação do estado de conservação dos imóveis afectos à DGLAB											15%
INDICADORES		2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.08	# de monitorizações sobre o estado de conservação dos imóveis afectos à DGLAB com base na aplicação do instrumento de avaliação	...	5	5	1	7	100%	Método de Medida: Contabilização de imóveis submetidos a avaliação. Considera-se objetivo ATINGIDO se o resultado do indicador se situar entre #4 e #6. Considera-se EXCELENTE se o resultado for = ou > ao VC. Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do Indicador será = a 125%			
QUALIDADE											PESO 20%
008 Melhorar o conhecimento sobre os recursos e serviços das bibliotecas da RNBP, promovendo validando e divulgando o apuramento dos resultados do questionário estatístico da DGLAB e traduzir as orientações da IFLA.											50%
INDICADORES		2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.9	Data de validação, apuramento e divulgação dos resultados do questionário estatístico da DGLAB	...	15-dez	15-dez	15	15-nov	50%	Método de Medida: Data de Validação. Considera-se objetivo ATINGIDO se concretizado entre 1 de dezembro e 31 de Dezembro. Considera-se EXCELENTE se concretizado até 15 de Novembro (VC). Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do indicador será igual a 125%			
INDICADORES		2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.10	Data de apresentação do relatório preliminar de Estudo sobre as causas da baixa utilização, das bibliotecas públicas, em Portugal	15-dez	15	15-nov	50%	Método de Medida: Data de apresentação. Considera-se objetivo ATINGIDO se concretizado entre 1 de dezembro e 31 de Dezembro. Considera-se EXCELENTE se concretizado até 15 de Novembro (VC). Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do indicador será igual a 125%			

009 Assegurar a realização de ações de formação previstas em Plano de Formação DGLAB 2015										50%	
	INDICADORES	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Observações	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.11	# de ações de formação concretizadas ao abrigo de Protocolo estabelecido com o INA	12	2	15	100%	Método de Medida: Data de Validação. Considera-se objetivo ATINGIDO se o resultado do indicador se situar entre #10 e #14. Considera-se EXCELENTE se o resultado for = ou > ao VC. Observando-se esta última condição, a Taxa de Realização do Indicador será = a 125%			

Recursos Humanos											
DESIGNAÇÃO							PONTUAÇÃO		PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Direntes - Direção Superior							20		80		
Direntes - Direção intermédia e chefes de equipa							16		416		
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)							12		1236		
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)							9		9		
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)							8		832		
Encarregado geral operacional							7		0		
Encarregado operacional							6		0		
Assitente operacional							5		360		
Total									2933	0	0

Recursos Financeiros											
DESIGNAÇÃO							PLANEADOS		REALIZADOS	DESVIOS	
Orcamento de funcionamento							9.764.781,00				
Despesas c/Pessoal							7.239.831,00				
Aquisições de Bens e Serviços							1.935.785,00				
Outras despesas correntes							536.006,00				
Despesas Restantes							53.159,00				
Orcamento de Investimento							3.897.967,00				
TOTAL (Orcamento investimento+Outros)							13.662.688,00				

AVALIAÇÃO FINAL							Taxa de Realização		Classificação	
EFICÁCIA										
001	Assegurar a continuidade dos diferentes programas de apoio à edição, à tradução e à participação da DGLAB e dos autores portugueses nos principais certames internacionais ligados ao livro.									
002	Promover ou apoiar iniciativas que contribuam para o fomento da criação literária e para o aumento de públicos leitores.									
003	Incrementar a utilização da Macroestrutura Funcional (MEF) na Administração Pública fomentando a avaliação da informação arquivística no âmbito suprainstitucional									
EFICIÊNCIA										
004	Aumentar a emissão de certificados eletrónicos em transações a pedido de organismos públicos									
005	Disponibilizar conteúdos na web, contribuindo para afirmar a importância da língua portuguesa como instrumento de identidade de Portugal no mundo, incluindo património arquivístico comum com os países da CPLP.									
006	Garantir a eficiência gestionária dos recursos orçamentais da DG									
007	Garantir a avaliação do estado de conservação dos imóveis afectos à DGLAB									
QUALIDADE										
008	Melhorar o conhecimento sobre os recursos e serviços das bibliotecas da RNBP, promovendo validando e divulgando o apuramento dos resultados do questionário									
009	Assegurar a realização de ações de formação previstas em Plano de Formação DGLAB 2015									

N.º	Descrição dos Indicadores	Fontes de Verificação
EFICÁCIA		
IND.1	# de apoios a obras publicadas no estrangeiro e a presenças de autores, feitas directa ou indirectamente.	Relatórios de atividades dos serviços
IND.2	# de iniciativas desenvolvidas pela DGLAB ou por associações e instituições que prosigam os mesmos objetivos em articulação com a DGLAB.	Relatórios de atividades dos serviços
IND.3	Estudo metodológico sobre a "avaliação suprainstitucional" na Administração pública	Data de informação de apresentação do documento à direção da DGLAB
EFICIÊNCIA		
IND.4	% de certificados eletrónicos emitidos em transações a pedido de organismos públicos	Relatório de atividades global da DGLAB
IND.5	# de imagens disponibilizadas	Relatório de atividades global da DGLAB e aplicação DIGITARQ.
IND.6	# de registos descritivos disponibilizadas	Relatório de atividades global da DGLAB e aplicação DIGITARQ.
IND.7	Taxa de execução orçamental.	Balançete a 31 de Dezembro; relatório a enviar à Secretaria Geral PCM relativo à aplicação SIADAP; Publicação na Intranet da DGLAB
IND.8	# de monitorizações sobre o estado de conservação dos imóveis afectos à DGLAB com base na aplicação do instrumento de avaliação	Apresentação dos relatórios técnicos
QUALIDADE		
IND.9	Data de validação, apuramento e divulgação dos resultados do questionário estatístico da DGLAB	Publicação dos resultados do questionário no sítio WEB da DGLAB
IND.10	Data de apresentação do relatório preliminar de Estudo sobre as causas da baixa utilização, das bibliotecas públicas, em Portugal	Data de informação de apresentação do documento à direção da DGLAB
IND.11	# de ações de formação concretizadas ao abrigo de Protocolo estabelecido com o INA	Relatório de atividades global da DGLAB

Porém, é já possível identificar e delimitar os pontos fortes e fracos existentes, as ameaças e as oportunidades que condicionam a atividade da organização, de acordo com a aplicação da análise SWOT o que se faz conforme Anexo II.

3. Atividades e Projetos

3.1. Os Produtos das atividades e os Clientes

A DGLAB gera um leque alargado de **produtos e serviços** com origem nas suas atividades destinados aos seus **clientes** externos, a sua razão de existência enquanto organismo público responsável pela coordenação do sistema nacional de arquivos e pela execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura.

São os seguintes os **principais bens e serviços** prestados aos clientes externos:

Por parte do setor Livro e Bibliotecas

- a) Promover a divulgação do Livro e do autor português no estrangeiro, através da participação e representação nos principais certames e organizações internacionais e do incremento das políticas de apoio à tradução e edição de obras de autores portugueses e apoio ao desenvolvimento do setor do livro e da leitura nos PALOP e Timor, integrando o sistema de cooperação português;
- b) Apoiar entidades que promovam o livro e a leitura;
- c) Promover um Programa de Promoção da Leitura em articulação com as autarquias e as bibliotecas municipais;
- d) Reembolsar os portes do transporte de livros para as regiões autónomas;
- e) Produzir e disponibilizar informação sobre autores portugueses, editores e livrarias;
- f) Apoiar a criação e instalação de bibliotecas públicas municipais;
- g) Desenvolver conteúdos e serviços para as bibliotecas e cidadãos em geral, disponibilizando-os no portal da RCBP.
- h) Estimular a requalificação dos serviços de bibliotecas públicas através do estabelecimento de parcerias com os Municípios

Por parte do setor dos Arquivos

- i) Consultoria técnica a entidades externas;
- j) Produção e adaptação de instrumentos técnicos e normativos;
- k) Organização, descrição e disponibilização de informação dos documentos custodiados, de forma estruturada em base de dados, com associação de objetos digitais
- l) Intervenção de conservação e restauro dos documentos gráficos
- m) Fornecimento de bens e serviços relativos à leitura presencial ou à distância dos documentos arquivísticos, com especial incidência na reprodução documental;
- n) Certificação de documentos;
- o) Cedência de instalações.

Como **clientes** destacam-se, de entre todos, os organismos da administração direta e indireta do Estado, a administração autárquica, as universidades e seus investigadores, os detentores privados de arquivos, os escritores, os editores portugueses e estrangeiros, os cidadãos, os PALOP e, bem assim os organismos internacionais ao abrigo de protocolos ou acordos de parceria estabelecidos.

3.2. As Atividades

Quando nos reportamos a ATIVIDADES de uma instituição referenciamos *tudo* o que **correntemente** a organização *faz* para o cumprimento das suas atribuições e missão.

Numa instituição com a natureza do tipo em que a DGLAB se inclui, as ATIVIDADES representam **as rotinas necessárias à obtenção dos resultados previstos**; serão os processos críticos, ou macro-processos organizacionais, que geram os *outputs* daquela estrutura.

Assim referimos abaixo o conjunto dos 10 macro-processos organizacionais ou macro-atividades prosseguidas, ou simplesmente **Atividades**, que exprimem a realização da *totalidade* das atribuições do Serviço e representam as rotinas necessárias à obtenção dos resultados previstos e gerados pela organização. Aí também as relacionamos com as atribuições e com as UO responsabilizadas na sua prossecução.

Em termos orçamentais são estas Atividades as que geram a totalidade da despesa do orçamento de funcionamento; a elas no seu conjunto estão alocados todos os recursos humanos ao serviço na DGLAB e as despesas de estrutura têm a sua origem e fundamento no desenvolvimento corrente das ATIVIDADES.

A conjugação das Atividades com as competências a desenvolver e com as unidades orgânicas envolvidas, segue no quadro seguinte:

Macro-processos organizacionais/ ATIVIDADES	Competências/Ações a desenvolver
1. Promoção e divulgação do Livro e do autor português	<ul style="list-style-type: none">✍ Apoiar e incentivar a atividade criadora dos autores, através de programas e projetos que reconheçam a sua importância fundamental no quadro do setor do livro;✍ Apoiar e promover a edição de obras de relevante interesse literário e cultural, através de programas que contribuam para incrementar a oferta editorial e possibilitem um maior conhecimento do património literário nacional;✍ Produzir e disponibilizar informação sobre escritores e ilustradores portugueses, mantendo atualizada a base de dados do Centro de Documentação de Autores Portugueses;✍ Produzir e disponibilizar informação sobre editoras e livrarias, mantendo atualizada as respetivas bases de dados e divulgando as suas atividades;✍ Incentivar a ilustração de livros para crianças e jovens, através da atribuição do Prémio Nacional de Ilustração e do apoio à participação de ilustradores em eventos, tanto em Portugal como no estrangeiro;✍ Organizar o Prémio Camões, em conformidade com o estabelecido no respetivo Protocolo, em articulação com o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC);✍ Desenvolver um programa nacional de promoção da leitura, através de projetos próprios ou em articulação com entidades dos setores público e privado, de forma a que contribua decisivamente para combater a iliteracia e a exclusão social;✍ Estimular a realização de estudos, em particular sobre o mercado do livro e hábitos de leitura, em articulação com o GEPAC;✍ Atualização constante da base de dados de Prémios Literários, bem como disponibilização ao público de informação atual sobre a abertura de prémios literários;✍ Disponibilização das atividades da Direção de Serviços do Livro nas ferramentas da Web 2.0 entretanto criadas ou reformuladas;✍ Articulação dos vários indicadores produzidos ou facultados pelo INE, APEL, Eurostat, PNL, OAC, JFK;✍ Participar ativamente no CERLALC, através da troca de informação sobre promoção da leitura, direito de autor e estatísticas do livro nos países ibero-americanos.

2. Promoção, qualificação e auditoria de uma rede de arquivos e de fomento da cooperação institucional e da articulação técnica	<ul style="list-style-type: none"> ➊ Realização de auditorias e fiscalização em arquivos; ➋ Realizar diagnósticos destinados a garantir um conhecimento sobre o património arquivístico nacional e manter atualizado um sistema de referenciamento das entidades detentoras do património arquivístico; ➌ Emitir parecer sobre os projetos de portarias de gestão de documentos, bem como sobre propostas de conservação e eliminação de documentos, identificadas pelas administrações produtoras; ➍ Emitir parecer sobre a criação de serviços de arquivo públicos, de âmbito nacional, regional e local e sobre a qualidade de serviços e sistemas de arquivo; ➎ Promover a qualidade dos sistemas de arquivo da administração, nomeadamente através de processos de apoio técnico e publicação de documentos técnicos e normativos; ➏ Promover e assegurar a gestão da Rede Portuguesa de Arquivos; ➐ Participar em programas que visem a racionalização da produção documental, da sua gestão e do acesso à informação do sector público
3. Salvaguarda do património arquivístico	<ul style="list-style-type: none"> ➊ Elaborar e propor políticas e planos nacionais de proteção, valorização e promoção do património arquivístico ➋ Assegurar os procedimentos e formalidades necessários à proteção legal dos bens culturais arquivísticos ➌ Assegurar as incorporações previstas, nos termos da lei, e promover outras aquisições de património arquivístico de interesse
4. Organização, descrição e gestão da documentação arquivística	<ul style="list-style-type: none"> ➊ Assegurar a gestão dos registos patrimoniais de inventário e de classificação ➋ Elaborar e propor políticas de aquisição, descrição, ainda de comunicação e divulgação do património arquivístico à guarda dos arquivos dependentes ➌ Elaborar normas e orientações técnicas para o tratamento arquivístico e promover a sua aplicação; ➍ Assegurar a gestão do Ficheiro Nacional de Autoridade Arquivística
5. Promoção da fruição, comunicação e acesso ao património arquivístico e fotográfico e transferência de suportes conexa	<ul style="list-style-type: none"> ➊ Acompanhar as iniciativas de governo eletrónico desenvolvendo estudos e projetos que contribuam para a preservação do património arquivístico digital ➋ Desenvolver planos nacionais de digitalização e acompanhar projetos de implementação transversal no domínio do património arquivístico e fotográfico ➌ Apoiar os arquivos dependentes na conceção, desenvolvimento e implementação de projetos de digitalização e outros ➍ Coordenar a promoção e exploração dos meios web para o acesso ao património arquivístico nacional e a prestação de serviços aos utilizadores ➎ Promover o conhecimento e a fruição do património arquivístico de que é depositário
6. Preservação e conservação do património arquivístico e fotográfico	<ul style="list-style-type: none"> ➊ Promover a investigação, publicação e divulgação relativas à preservação e conservação do património arquivístico e património fotográfico. ➋ Executar as ações adequadas à preservação ou ao restauro do património arquivístico e património fotográfico.
7. Gestão e manutenção de infra-estruturas e dos sistemas aplicacionais	<ul style="list-style-type: none"> ➊ Coordenar, gerir e apoiar a Secretaria-Geral no planeamento, execução e controle dos procedimentos relativos a projetos, obras, afetações e utilização dos imóveis, bem como à sua conservação, manutenção e segurança incluindo dos equipamentos adstritos às instalações ➋ Efetuar o planeamento de sistemas de informação, em todo o âmbito de atuação da DGLAB, bem como definir as políticas e orientações gerais de gestão e exploração dos arquivos dependentes; ➌ Apoiar tecnicamente a definição e desenvolvimento de projetos de informatização e digitalização da DGLAB; ➍ Assegurar a gestão e exploração dos sistemas e equipamentos informáticos da DGLAB, bem como a gestão e exploração da rede de comunicações
8. Apoio e modernização das bibliotecas públicas	<ul style="list-style-type: none"> ➊ Gerir o programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, planeando e acompanhando as medidas da política para o setor; ➋ Elaborar e promover a aplicação de orientações técnicas e normativas de caráter nacional e internacional, aplicáveis ao setor das bibliotecas públicas; ➌ Elaborar e colaborar na elaboração de diplomas legais na área das bibliotecas públicas; ➍ Acompanhar, em articulação com o GEPAC, a adoção de medidas legislativas no domínio do direito de autor, aplicáveis ao setor das bibliotecas públicas; ➎ Promover a qualidade do serviço de biblioteca pública, através da sua monitorização e avaliação regular; ➏ Constituir e orientar equipes de consulta técnica para acompanhamento de projetos nas suas diversas vertentes; ➐ Promover a cooperação e o trabalho em rede entre bibliotecas, em colaboração com outras entidades; ➑ Incentivar e apoiar a criação de novos serviços, com recurso às tecnologias de informação e comunicação e participar em projetos e iniciativas que promovam a inovação e a qualidade nesse domínio; ➒ Cooperar com outras entidades, no plano nacional e internacional, na conceção e execução de projetos e programas específicos da área, incluindo os relativos à formação e qualificação dos técnicos de bibliotecas; ➓ Participar em iniciativas, a nível local, regional, nacional e internacional que contribuam para a inovação no sector.

9. Cooperação internacional	<ul style="list-style-type: none"> ► Definir, planejar e executar programas e ações de divulgação dos autores portugueses e das respetivas obras no estrangeiro, contribuindo para uma crescente difusão e reconhecimento da literatura e dos autores portugueses junto dos diferentes públicos e mercados editoriais; ► Vabilizar o acesso ao livro em português nos países africanos de língua oficial portuguesa e Timor -Leste, através do apoio técnico e financeiro a projetos propostos pelos países parceiros, sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros. ► Participar em projetos internacionais na área da gestão e preservação de arquivos digitais, em articulação com o GEPAC da Cultura ► Participar na preparação e execução de acordos culturais no domínio das competências da DGLAB em articulação com o GEPAC
10. Apoio, planeamento e administração	<ul style="list-style-type: none"> ► Produzir todos os documentos de gestão estratégica e planeamento, nomeadamente o orçamento, o plano anual de atividades, os mapas de pessoal, o QUAR, o balanço social, o relatório anual de atividades, a conta de gerência — ou outros instrumentos de gestão necessários — e acompanhar a sua execução; ► Preparar as candidaturas a fundos comunitários e assegurar o seu acompanhamento e controlo; ► Propor e desenvolver estratégias de captação de apoios mecenáticos ► Assegurar a gestão orçamental e as tarefas relativas à gestão dos recursos humanos e a apresentação de relatórios periódicos de situação; ► Elaborar o plano anual de formação; ► Garantir o cumprimento das normas relativas às condições de higiene, saúde e segurança no trabalho; ► Colaborar com a Unidade Ministerial de Compras (UMC) do Ministério, efetuando a agregação das necessidades de aquisição de bens e serviços; ► Contribuir para a eficiência e qualidade dos serviços prestados, elaborando e mantendo atualizados manuais de procedimentos internos e propondo medidas visando a sua desmaterialização; ► Acompanhar as medidas preconizadas pela sociedade de informação e promover a sua aplicação visando alcançar objetivos de racionalização e modernização administrativa para a efetiva desmaterialização e simplificação dos procedimentos;

3.3. Projetos. Indicação dos projetos mais relevantes para o serviço.

Em ligação com as ATIVIDADES da organização (rotinas necessárias à obtenção dos resultados previstos) são abaixo referenciados o conjunto de PROJETOS que a organização desenvolve, **exprimindo as ações não permanentes**, destinadas a satisfazer necessidades ocasionais indispensáveis a levar a bom termo qualquer das Atividades do serviço, introduzindo investimentos, melhorias, novas capacidades, etc., necessários a modernizar e a incrementar os resultados da/s Atividades em causa.

É o seguinte o conjunto dos projetos mais relevantes que a Direção-Geral prossegue, iniciados ou em continuação, que exprimem as ações não permanentes destinadas a satisfazer necessidades pontuais, mesmo que com durabilidade de médio prazo, indispensáveis a levar a bom termo as Atividades do serviço:

	PROJECTOS (a continuar em 2015 ou a iniciar)	Breve descrição	Breve ponto de situação
1	Divulgar os autores portugueses no estrangeiro	<p>. Realizar os três programas anuais de apoio à internacionalização: Apoio à Edição no Brasil; Apoio à Tradução; Apoio à Ilustração e Banda Desenhada.</p> <p>. Dar continuidade a Parcerias anuais (Feira de Taiwan, PIW, Ledig House) e presença da DGLAB nas principais feiras profissionais de âmbito internacional (Feira do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha /março, Feira do Livro de Frankfurt/outubro).</p> <p>. Assegurar candidaturas anuais a prémios internacionais (ALMA, Fundação SM, Stiftung Buchkunst).</p> <p>. Promover e apoiar a participação, direta ou indireta, de autores da literatura portuguesa nos principais eventos literários de âmbito internacional.</p> <p>Preparação e difusão de materiais e informação sobre literatura e autores portugueses.</p>	
2	Apoiar Instituições Culturais e Prémios Literários	No quadro dos Protocolos assinados com diversas instituições e associações de carácter cultural, têm vindo a ser apoiadas diversas atividades culturais, nomeadamente ações de incentivo à criação literária e à promoção da leitura e difusão do autor e do livro. Outra vertente do apoio da DGLAB traduz-se no apoio financeiro aos Prémios Literários atribuídos por várias instituições.	Ao longo de 2015 serão atribuídos os apoios protocolados com as instituições, para a realização das iniciativas culturais e atribuição dos prémios literários.
3	Leitura sem Fronteiras - Promoção da Leitura em Estabelecimentos Prisionais	Resultante de uma parceria estabelecida em 1998 entre a ex-DGLB e a ex-Direção-Geral dos Serviços Prisionais, renovada em Janeiro de 2011 entre a Ministra da Cultura e o Ministro da Justiça, pretende-se alargar a leitura a espaços não convencionais. No âmbito deste acordo são desenvolvidas anualmente várias iniciativas: ações continuadas de contacto com textos e com os seus autores (sessões semanais ou quinzenais por períodos de três ou quatro meses); ações pontuais de sensibilização ao livro e à leitura; oferta de livros para as bibliotecas dos	Realização em 2015 das iniciativas habituais: ações pontuais e ações continuadas de promoção da leitura e escrita. Pretende-se em 2015 alcançar um ainda maior envolvimento da Rede das Bibliotecas Municipais na articulação com os EPs, através da assinatura de protocolos, propiciando uma articulação regular e coerente entre cada estabelecimento prisional e a Biblioteca do concelho. No quadro das atividades de dinamização da escrita, será promovido um concurso de escrita criativa cujo tema se inscreverá num ano Europeu, a definir oportunamente.

	PROJECTOS (a continuar em 2015 ou a iniciar)	Breve descrição	Breve ponto de situação
		Estabelecimentos Prisionais; concursos de leitura e escrita. Este programa encontra-se integrado nos objetivos do Plano Nacional de Leitura.	
4	Programa de Ações de Promoção da Leitura	Dirigido a mediadores de leitura - bibliotecários, técnicos de biblioteca, educadores de infância, professores, animadores culturais e outros agentes -, tendo diretamente, como público-alvo, crianças, jovens e adultos, o programa é protagonizado por formadores com competências muito diversificadas, tais como professores universitários, escritores, jornalistas, atores, animadores de leitura, contadores de histórias	Ações de formação, ateliês, espetáculos baseados em textos literários, cursos breves de literatura, comunidades de leitores, exposições realizadas em parceria com as Autarquias do país, através das respetivas Bibliotecas Municipais. Prevê-se execução em 2015, em número a definir de acordo com disponibilidade orçamental.
5	Realizar a 19º edição do Prémio Nacional de Ilustração: reunião e cerimónia de entrega do diploma	O Prémio Nacional de Ilustração tem uma periodicidade anual e contempla as obras de literatura para crianças e jovens publicadas no ano imediatamente anterior ao da sua atribuição. Através deste Prémio, criado em 1996, pretende-se promover o reconhecimento e o apreço pela ilustração de qualidade nos livros para a infância e a juventude originalmente editados em Portugal.	O resultado será divulgado no princípio de julho de 2015. A entrega será feita em outubro de 2015.
6	Preservar e divulgar o património literário português.	. Desenvolvimento e manutenção da base de dados de Autores Portugueses. . Produção e disponibilização de informação sobre escritores e ilustradores portugueses.	Elaboração de novas entradas e atualização das entradas existentes referentes a escritores, ilustradores e autores de literatura infantil.
7	Concurso Nacional de Leitura 2015	A realizar, em colaboração com o Comissariado do Plano Nacional de Leitura	As diversas fases decorrerão durante o primeiro semestre.

	PROJECTOS (a continuar em 2015 ou a iniciar)	Breve descrição	Breve ponto de situação
8	Dia Mundial da Poesia, Dia Internacional do Livro Infantil e Dia Mundial do Livro	. Produção de materiais de sensibilização para estes dias. . Incentivo à organização de atividades diversas nas Bibliotecas e livrarias.	A ocorrer em 21 março, 2 de abril e 23 de abril
9	Produzir e disponibilizar informação sobre Prémios Literários existentes no país	Atualização constante da base de dados de Prémios Literários, bem como disponibilização ao público de informação atual sobre a abertura de prémios literários.	Elaboração de novas entradas a disponibilizar e atualização sistemática dos prémios existentes.
10	Comemorar os 250 anos do nascimento de Bocage	.Produção de exposição sobre Bocage, em articulação com a área dos Arquivos: .Apoiar a edição dos dois volumes da poesia de Bocage que faltam para a edição da obra completa, da coleção Obras Clássicas.	
11	Apoiar a coleção Obras Clássicas da Literatura Portuguesa	Apoiar duas obras da Coleção de Obras Clássicas	
12	Desenvolver e apoiar projetos de mediação leitora	. Promoção do projeto de ações de formação em promoção da leitura para mediadores (bibliotecários, professores, animadores socioculturais, educadores de infância), seja presencial ou online.	Conceção e apoio a projetos destinados a mediadores de leitura e, consequentemente, a leitores
13	Criar o Prémio de Design do Livro	Organização do Prémio de Design do Livro, com vista à participação do Best Book Design da Stiftung Buchkunst	
14	Dia Mundial para a Redução de Catástrofes 2015	Apoio à implementação da comemoração, em parceria com a Autoridade Nacional da Proteção Civil, no maior número possível de Bibliotecas Públicas Municipais, com vista à prevenção e à consciencialização do papel dos cidadãos em situações de risco	A ocorrer em outubro de 2015
15	Cooperação com os Países de Língua Oficial Portuguesa na área do livro e da leitura.	Apoio técnico aos PLOP para a formulação de Planos Nacionais de Leitura e Programas Nacionais do Livro.	Reuniões preparatórias dos futuros Planos Nacionais de Leitura dos dois países, para os quais a DGLAB foi chamada a participar. Apoio na elaboração das Leis, seleção de títulos para as várias faixas etárias, elaboração de projetos a realizar em bibliotecas e escolas.
16	Apoiar a 27ª edição do Prémio Camões	Articulação com o GEPAC e com a FBNL para a preparação da reunião de júri do Prémio Camões 2015, que acontecerá no Brasil.	Escolha de jurados a substituir, preparação das viagens dos jurados ao Rio de Janeiro.

	PROJECTOS (a continuar em 2015 ou a iniciar)	Breve descrição	Breve ponto de situação
17	Produzir e disponibilizar informação sobre livrarias independentes e de mérito cultural	Criação de projetos autónomos para divulgação regular da atividade e historial de livrarias independentes, enquadrando-as no espaço geográfico e cultural onde se situam.	Conceção de projetos e atribuição de “selo” de mérito cultural a livrarias que contribuam para a consolidação cultural das várias regiões do país.
18	Qualificação da gestão de documentos em contexto de Modernização Administrativa. Requisitos de gestão de informação/documentos para a Modernização Administrativa	As orientações de simplificação e desmaterialização de processos, reutilização da informação e outras, associadas à Modernização Administrativa devem ser acompanhadas de boas práticas de gestão de informação/ documentos ao nível do registo, classificação, avaliação e preservação de conteúdos a disponibilizar nos diferentes sistemas de informação públicos, forçosamente interoperáveis. Objetivo: Elaboração de estudo	A iniciar em 2015 (Substitui a anterior linha do PA – “Desenvolvimento do Arquivo Eletrónico do Estado / Central Eletrónica de Arquivo do Estado” com uma nova proposta que pretende ir ao encontro das orientações governamentais para eficiência e modernização da Administração.)
19	Atualização da metodologia das auditorias a sistemas de arquivo	Rever a metodologia procurando definir grelha e critérios associadas a um modelo de maturidade que permita verificar em que ponto se encontram as entidades auditadas. Objetivo: Elaborar 1 estudo	Em curso
20	Gestão da informação arquivística suprainstitucional. Projeto de avaliação suprainstitucional	Estudo para a implementação de um sistema de avaliação arquivística numa abordagem suprainstitucional. Articula-se com os projetos “Macroestrutura Funcional” e “Harmonização e 3ºs níveis em planos de classificação conformes à MEF”. Contempla os critérios de completude do processo (conservação no dono do processo, em detrimento da materialização parcelar em produtor mero participante) e da densidade informacional (conservação de processos /subprocessos síntese). Pretende-se uma resposta a necessidades sociais, garantindo direitos e deveres e preservando a memória, bem como prover uma resposta a necessidades gestionárias, ao nível das práticas de boa gestão informacional (conservar o necessário, durante o tempo necessário). Objetivo: Elaborar estudo.	A iniciar em outubro 2014 (Substitui a anterior linha do PA – “PAEIS - Programa Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica” alargando o seu âmbito de atuação.)

	PROJECTOS (a continuar em 2015 ou a iniciar)	Breve descrição	Breve ponto de situação
21	Normalização da descrição de fundos dos Governos	A análise das descrições documentais dos fundos dos Governos Civis e entidades distritais detidas pelos arquivos da rede DGLAB permite identificar falta de soluções normalizadas. Constatase ainda que em alguns casos é possível e até desejável efetuar alguma avaliação à posteriori. Acresce também que a previsível transferência de acervos sob a responsabilidade atual da SGMAI obrigará a procurar soluções de descrição harmonizada. Nesse sentido, importa criar um GT (ou continuar a task force já constituída) para rever / melhorar as descrições atuais e propor soluções para avaliação à posteriori. Objetivo: Elaborar 1 relatório com propostas	Em curso
22	Atualização de instrumentos e procedimentos para implementação da Política de aquisições da DGLAB	<p>De acordo com necessidades de melhoria identificadas conjuntamente pelas equipas da DSAN e do ANTT, é importante formar um GT que permita rever / aprofundar a grelha e os critérios de aquisição de bens arquivísticos, atualmente em vigor na DGLAB. Ao mesmo tempo, é também relevante elaborar um manual de preenchimentos neste domínio.</p> <p>Nota: A realizar em colaboração com a equipa do ANTT ligada às aquisições. Pode envolver outros arquivos da rede DGLAB.</p>	A iniciar em 2015
23	Macroestrutura Funcional (MEF)	A Macroestrutura Funcional (MEF), assegurará os processos classificativos e a interoperabilidade na Cultura e na Administração Pública.	Desenvolvimento de planos de classificação conformes à MEF, decorrentes da harmonização entre a Administração Central e a Administração Local, com definição de princípios metodológicos e produção de orientações. Término e divulgação do Plano de classificação para as Autarquias Locais. Conclusão de planos transversais de nível ministerial.

	PROJECTOS (a continuar em 2015 ou a iniciar)	Breve descrição	Breve ponto de situação
24	RODA (Repositório de Objetos Digitais Autênticos)	<p>A DGLAB concebeu e construiu um Arquivo Digital com o objetivo de incorporar, gerir e acessibilizar a informação digital produzida na AP, designado por Repositório de Objetos Digitais Autênticos (RODA).</p> <p>O sistema entrou já em exploração em 2009 e a sua consolidação, vital para a A.P., tem sido uma questão estratégica na atividade da DGLAB. Dada a volatilidade do mercado informático e rápida desatualização de soluções tecnológicas, é fundamental assegurar o desenvolvimento e atualização de tecnologias que suportam a infraestrutura deste repositório. Além disso outros imperativos determinam a necessidade de atualizar este repositório, nomeadamente a necessidade de transformar o RODA num Trusted Archival Service, que possibilite a ingestão de documentos com assinatura digital e ainda a criação de uma comunidade internacional de desenvolvimento em torno do RODA. A recente aprovação no âmbito do IberArchivos – Programa ADAI de financiamento para a tradução em espanhol e o protocolo de colaboração existente com o Arquivo Nacional do Brasil constituem pontos fortes de potencial internacionalização e de reconhecimento deste tipo de I&D desenvolvido em Portugal, parceria DGLAB/Universidade do Minho.</p>	<p>Em 2015 prevê-se continuar a atividade normal procurando-se incrementar o nº de organizações a depositar informação neste repositório.</p> <p>O RODA continuou a atividade normal ate o chassis qe sustenta os servidores ter avariado. Propôs-se aquisição de serviços de manutenção a qual não obteve resposta por parte da Contratação. E.P. Neste momento o RODA encontra-se inoperacional. O projeto SAMA aprovado prevê a renovação do RODA e da infraestrutura de suporte em 2015</p>

	PROJECTOS (a continuar em 2015 ou a iniciar)	Breve descrição	Breve ponto de situação
25	Portal Português de Arquivos	<p>A Rede Portuguesa de Arquivos é uma rede de conteúdos em que organizações (entidades produtoras que mantenham de forma organizada os seus arquivos) que pretendam disponibilizar o acesso remoto aos seus documentos de arquivo, usufruindo simultaneamente de acesso a outros serviços mantidos pela rede, o possam fazer. Por conteúdos referimo-nos a descrições de documentos e representações digitais dos mesmos.</p> <p>O Portal da RPA permitirá aceder a partir deste único ponto esses documentos de arquivo custodiados por arquivos portugueses. Neste domínio e tendo em consideração:</p> <p>No seguimento do protocolo estabelecido com o Arquivo Nacional do Brasil, no âmbito da disseminação de conteúdos de arquivo e a ligação do PPA com portais internacionais, nomeadamente a APENET e EUROPEANA, prevê-se a adição de funcionalidades que permitam o intercâmbio de dados entre portais e a recolha de meta-informação residente em qualquer repositório independentemente do formato que tenha sido produzida</p>	<p>Para 2015 serão promovidas novas adesões e procurar-se-á melhorar o seu desempenho. Foi concretizada uma nova adesão: (Câmara Municipal da Vidigueira) e está em preparação a adesão do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.</p>

	PROJECTOS (a continuar em 2015 ou a iniciar)	Breve descrição	Breve ponto de situação
26	FNAA (Ficheiro Nacional de Autoridade Arquivística)	<p>Projeto integrado na Rede Portuguesa de Arquivos. Tem como objetivo a disponibilização de uma ferramenta que permita o registo normalizado de todos os produtores de arquivos na AP. Central, Regional e Local. Este sistema servirá de base com as necessárias adaptações e desenvolvimentos para suportar a gestão da MEF</p>	<p>Manter a atualização de entidades atuais com base no PRACE / PREMAC ou em qualquer outro programa de reestruturação que se possa vir a desenhar-se (incidência nos ministérios e entidades de topo dentro dos ministérios).</p> <p>Estabelecer relações dos registos existentes com fundos documentais, detidos pela DGLAB e por outras entidades. Efetuar-se-á uma análise caso a caso nos processos de relacionamento.</p> <p>Criar novos registos relativos a entidades extintas com representatividade documental de forma a viabilizar o respetivo relacionamento. Durante 2014, haverá que definir balizas progressivas para a criação destes novos registos.</p> <p>Criação de novos registos através do estabelecimento de parcerias com universidades na medida em que esta atividade se enquadre em projetos de investigação das mesmas.</p> <p>Enriquecer os registos através de relacionamentos criados com recursos externos de diferente natureza: museológico, bibliográfico, fílmico, etc. Pretende-se tornar o FNAA apelativo a indivíduos sem conhecimentos específicos de arquivos ou prática em investigação histórica, bem como uma ferramenta de apoio à extensão educativa e cultural.</p> <p>Complementarmente e de forma não prioritária, aumentar o nível de descrição dos registos procurando tendencialmente harmonizar todos os registos no nível médio. Foram criados 246 registos e atualizados 317</p>
27	Balcão eletrónico	<p>Aplicação destinada a funcionar como um balcão de atendimento virtual para a multiplicidade de serviços de atendimento e pagamentos relativa a todos os arquivos dependentes disseminados pelo país</p>	<p>O projeto será implementado no Arquivo Nacional Torre do Tombo e nas restantes unidades descentradas (à exceção do Arquivo Distrital do Porto que já foi implementado em 2013). O projeto aguarda implementação que se prevê ainda para o presente ano de 2014. Foi adquirido o material informático necessário. Foi dada formação aos colaboradores. No entanto, revelou-se necessário efetuar um desenvolvimento informático que adiou a entrada em funcionamento do sistema</p>

	PROJECTOS (a continuar em 2015 ou a iniciar)	Breve descrição	Breve ponto de situação
28	Implementação do DIGITARQ – (novo sistema de descrição e gestão arquivística)	Implementação do novo sistema de suporte à descrição e gestão arquivística.	O sistema entrou em produção em 2011, encontrando-se em fase de manutenção, conjugando-se com ações formativas e de divulgação. Implementadas duas novas versões contendo correções e adições funcionais. Neste momento o sistema está na sua versão 5.3.0
29	Produção de Planos de Preservação Digital para o período entre 2013-2014	Plano estabelecendo critérios, definições de projetos de produção de conteúdos digitais incluindo os respetivos planos de execução.	Em 2015 dar-se-á seguimento ao Programa SOS Digital com o objetivo de conscientizar os profissionais sobre a problemática da conservação digital, realizando-se com regularidade ações formativas de acordo com um modelo a conceber de carácter temático. Foram realizadas ações quinzenais durante o ano de 2013. Em 2014 alterou-se o modelo e a periodicidade que passou ao mensal. As sessões foram subordinadas a temas específicos relacionados com projeto "continuidade digital". A média de audiência a estas sessões é da ordem de 25 assistentes.
30	Aumento da capacidade de armazenamento de informação digital	Instalação de incremento da memória do sistema pela aquisição de equipamento informático adequado – storage . Note-se que este sistema suporta não apenas o armazenamento de imagens mas também toda a informação transacional digital produzida na DGLAB.	Foi elaborado o caderno de encargos e obtido parecer prévio favorável da AMA para a aquisição de storage através de concurso público internacional. Foi efetuada a recertificação do sistema pela EMC processos que terminou em Junho de 2014.
31	Auditórias	Verificações de conformidades dos sistemas de arquivo da Administração Pública com referenciais constantes do programa de auditórias da DGLAB	6 Ações projetadas para 2015
32	Exposições e Mostras Documentais	Exposições e mostras documentais: Divulgação do património documental	Prevista a realização de 11 eventos, entre Exposições e Mostras documentais: Tratado de Lisboa de 1864 -Tratado de Limites assinado em 29 de Setembro de 1864 , de 29 de setembro a 31 de janeiro de 2015. Parceria com UNL -Dep. de Antropologia e Universidade Complutense de Madrid; Arquivos de Família - exposição em parceria com o Instituto de História Contemporânea da UNL, de 9 de fevereiro a 14 de março; A abolição da pena de morte - exposição em parceria com ISCTE e o Instituto/Museu Voltaire de Génova, de 19 de março a 16 de maio; A Casa dos Estudantes do Império - de 21 de maio a 17 de julho; A conquista de Ceuta (600 anos) - de

	PROJECTOS (a continuar em 2015 ou a iniciar)	Breve descrição	Breve ponto de situação
			23 de julho a 30 de janeiro de 2016; D. Frei Bartolomeu dos Mártires: 500 anos - de 12 de novembro a 17 de janeiro de 2015; Dia Internacional dos Arquivos - mostra documental, 9 de junho; A fundação da cidade do Rio de Janeiro em 1565 (450 anos) – de 19 de janeiro a 19 de maio; A ilustração portuguesa - de 19 de maio a 14 de setembro; Maria Barbosa du Bocage: 250 anos sobre o nascimento - (15 de setembro de 1765), em colaboração com o Centro de Estudos Bocagianos, de 15 de setembro a 16 de janeiro de 2016
33	Digitalização direta de conjuntos documentais de dependentes, ou de terceiros em parceria	A previsão de realização em 2015 depende de um conjunto de fatores, tais como o patrocínio externo e a nossa capacidade de investimento em storage.	# 867.260 imagens
34	Cooperação internacional	Parcerias com os outros arquivos internacionais em âmbito de programas na área da cultura e protocolos estabelecidos. Participação em reuniões técnicas no âmbito do EBNA, EAG, ALA, Iber-Arquivos (ADAI) e CERLALC. Dinamização de atividade internacional com a ALA na área de preservação digital e Circulação de bens do Património Documental no espaço Iberoamericano.	A decorrer em 2015
35	Património imóvel/apoio ao património edificado e equipamentos adstritos	Manutenção e restauro das instalações dos Arquivos distritais e seus equipamentos adstritos. Ampliação para depósitos.	É necessário um vasto conjunto de intervenções, algumas decorrentes de situações com gravidade, que não é possível, para já, desencadear. Estão previstas a realização de obras de conservação e restauro no edifício do CPF, ao abrigo do contrato de financiamento celebrado com o Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, e a apresentação da candidatura ao Fundo de Salvaguarda do Património Cultural para financiamento da reinstalação da Coleção Nacional de Fotografia no mesmo Centro. Irá concluir-se o estudo/projeto de viabilidade de readaptação do edifício anexo à atual sede do Arquivo Distrital de Viseu de

	PROJECTOS (a continuar em 2015 ou a iniciar)	Breve descrição	Breve ponto de situação
			<p>forma a ampliar as instalações deste. Irá elaborar-se os projetos de execução de obra aprovadas pelo Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, com vista à celebração do contrato de financiamento para as obras nos Arquivos Distritais de Viana do Castelo e de Castelo Branco. No âmbito da avaliação do estado de conservação do edifício da Torre do Tombo, pretende-se: proceder à:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração de sondagens com o objetivo de diagnosticar as patologias nas peças do revestimento das fachadas, com vista à sua reabilitação. 2. Avaliação das soluções do mercado com vista à substituição do sistema de extinção de incêndios no edifício. 3. Realização da empreitada de adaptação de parte do piso -1 para depósito das publicações da ex-CNDP. <p>Por último, irá proceder-se à ampliação das áreas de depósito de vários Arquivos Distritais, em particular nos de Guarda e do Porto.</p>
36	Organização, descrição e disponibilização de documentos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Centro Português de Fotografia e nos restantes Arquivos Distritais	Particular incidência no tratamento técnico dos fundos documentais: Tribunal de Santo Ofício, Ministério da Finanças; Diversos Conventos; Colecção Nacional de Fotografia; Documentação Paroquial e Notarial, etc	Continuidade ao tratamento técnico documental e disponibilização ao público, através da base de dados digitar, dos cerca de 150 Km de documentos custodiados no âmbito da DGLAB
37	Intervenção de conservação e restauro de documentos, recorrendo ao estabelecimento do índice de degradação de documentos	Avaliação dos documentos solicitados na Sala de Leitura e para reprodução de documentos. Estabelecimento de um plano de contingência no combate a pragas	Estabelecimento de prioridades de intervenção
38	Certificar documentos electronicamente	Incrementar a utilização da certificação de documentos por via electrónica nos pedidos feitos pelos utilizadores.	Ultrapassar os actuais 1% na passagem de certidões electrónicas de documentos
39	Incrementar as aquisições de novos documentos do Património Arquivístico e Fotográfico	Participação em leilões de documentos	Manter o actual investimento na aquisição onerosa de documentos.

	PROJECTOS (a continuar em 2015 ou a iniciar)	Breve descrição	Breve ponto de situação
40	Apoio à criação e desenvolvimento de serviços de biblioteca pública	1) Apoio técnico a projetos de criação e instalação de bibliotecas municipais. 2) Apoio técnico e financeiro para a qualificação de serviços de biblioteca pública.	1) A manter em 2015. 2) A iniciar em 2015 com novo Programa de Apoio à Qualificação de Serviços de Biblioteca Pública, que, nesta data, aguarda Despacho da Tutela. A continuar em 2015 com a 2ª edição do Prémio «Boas Práticas em Bibliotecas Públicas».
41	Avaliação de recursos e serviços de bibliotecas públicas	1) Monitorização e avaliação dos recursos e serviços das bibliotecas da RNBP. 2) Avaliação de recursos e serviços de bibliotecas públicas municipais, não integradas na RNBP, com vista à sua futura integração.	1) Validação e análise dos dados do questionário anual às bibliotecas da RNBP a manter em 2015. 2) A manter em 2015 sempre que tal seja solicitado pelos municípios.
42	Prestação de serviços às bibliotecas públicas e público em geral	1) Promoção da aplicação de orientações técnicas e normativas aplicáveis ao setor das bibliotecas públicas. 2) Promoção da vertente arquitetónica do Programa da RNBP. 3) Divulgação fotográfica das bibliotecas da RNBP com recurso a ferramentas da web.	1) Elaboração, tradução e divulgação de orientações técnicas a manter em 2015. 2) Publicação e divulgação da base de dados de arquitetura das bibliotecas da RNBP. 3) A manter em 2015;

4. Ações destinadas a aumentar a angariação de receita própria e comunitária

Com o intuito de manter e reforçar a prestação de serviços desta Direção-Geral e garantir objetivos de uma intervenção sociocultural significativos, tem-se procurado obter apoios mecenáticos para algumas iniciativas em todas as suas áreas de ação. Deve, no entanto, destacar-se que se perspetiva obter resultados deste esforço, já em 2015, principalmente na área dos Arquivos, com destaque para os serviços de restauro patrimonial, de digitalização e disponibilização documental na web e de divulgação do acervo patrimonial, através de exposições e outras ações abertas ao público em geral.

Presentemente, foi elaborada uma nova proposta de tabela de preços, com valores atualizados e abrangendo novas prestações de serviços, que irá contribuir para melhorar a obtenção de receitas próprias.

5. Conclusões

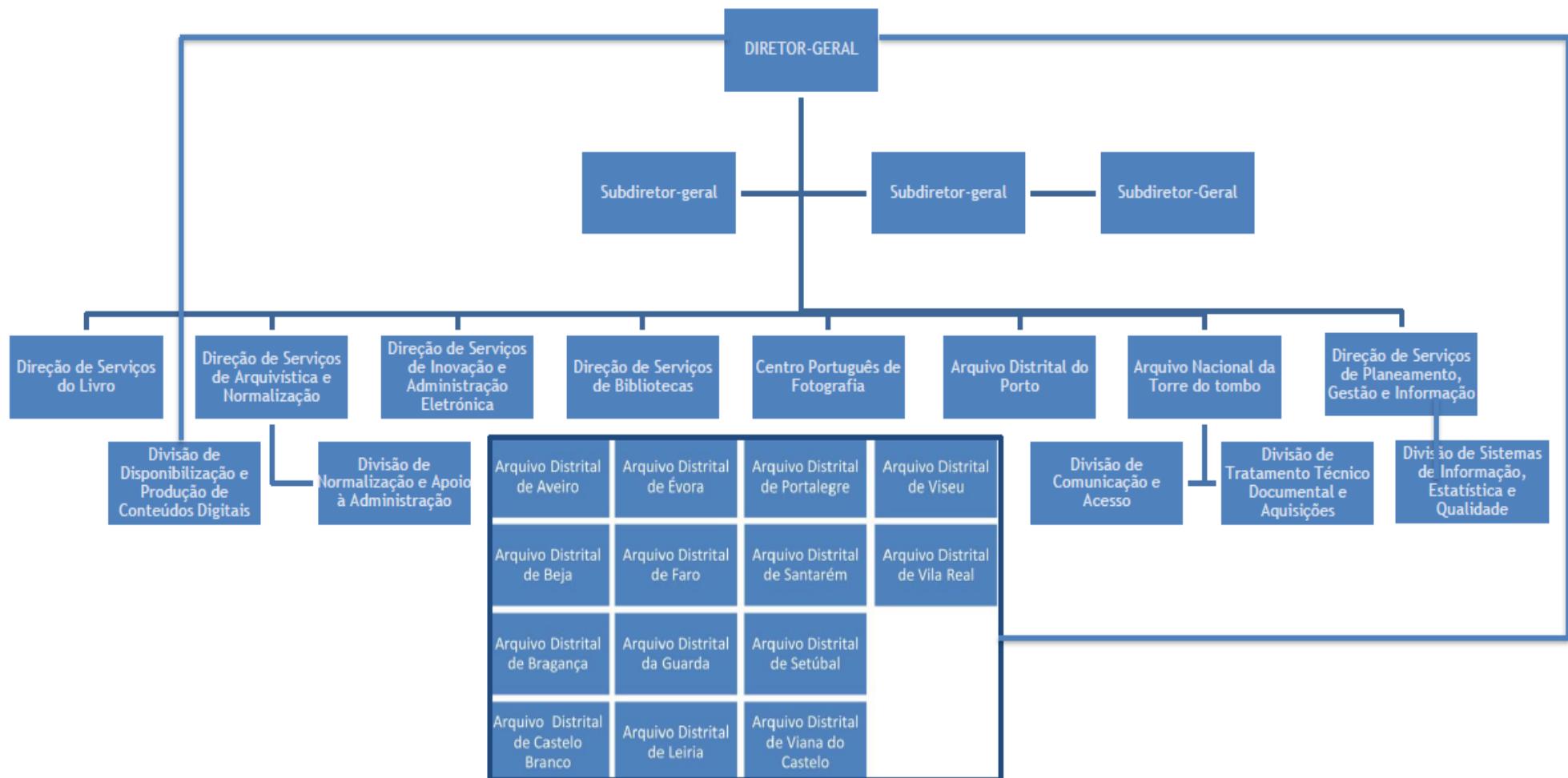
O conjunto de todas as ATIVIDADES acima propostas, procurando responder a todas as atribuições e competências da DGLAB, depende essencialmente da boa execução dos meios financeiros necessários para responder aos custos em recursos humanos e às despesas de funcionamento/estrutura (Aquisição de Bens e Serviços), respeitando os contratos obrigatórios em face da lei e essenciais para manter o regular funcionamento dos serviços.

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

José Manuel Cortês

Diretor-Geral

ANEXO I



ANEXO II

MATRIZ DE ANÁLISE SWOT

MATRIZ DE ANÁLISE SWOT

		Ambiente Interno	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Ambiente Externo				
	Oportunidades	ESTRATÉGIA (MAX-MAX)	ESTRATÉGIA (MIN-MAX)	
	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Governo eletrónico – crescente implantação das transações eletrónicas e da desmaterialização na AP ✚ Diálogo institucional [com todas as Secretarias Gerais dos diferentes Ministérios] ✚ Parcerias estratégicas [Arquivos Privados; Projeto_MaisCultura] ✚ Novo modelo de gestão pública ✚ Plano nacional de digitalização [Europeana_articulação entre BNP, IMC, Cinemateca portuguesa-Museu do Cinema] ✚ Aumento do grau de exigência do cliente ✚ Benchmarking ✚ Serviços Partilhados ✚ Quadro jurídico-legal em mutação 	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Desenvolvimento de projetos inovadores ✚ Celebração de parcerias estratégicas com entidades nacionais e internacionais ✚ Aumento na qualidade do serviço prestado ao cliente ✚ Introdução de manual de políticas e de procedimentos de gestão ✚ Aposta no fortalecimento da imagem externa junto de novos públicos ✚ Aplicação das medidas preconizadas no Plano de Gestão de Riscos da corrupção e Infrações Conexas 	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Desenvolvimento e aprofundamento do sistema de indicadores de desempenho ✚ Avaliação permanente do desempenho dos serviços pelos clientes internos e externos 	
	Ameaças	ESTRATÉGIA (MAX-MINI)	ESTRATÉGIA (MIN-MIN)	
	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Recrutamento de competências na área de arquivos digitais virtualmente impossibilitada (recrutamento externo); ✚ Progressiva redução de efetivos; quadro legal de dificuldade crescente no recrutamento; ✚ Progressiva redução anual de verbas do Orçamento do Estado; ✚ Proliferação de repositórios eletrónicos <i>ad hoc</i> na Administração Pública e outras estratégias desarticuladas de preservação digital, com eventuais desperdícios de recursos orçamentais atendendo aos custos elevadíssimos deste tipo de soluções 	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Aplicar a carta de ética e de deontologia de serviço público na DGLAB ✚ Melhorar rentabilização dos espaços culturais existentes 	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Aumentar as receitas próprias no âmbito da prestação de serviços a clientes ✚ Aposta na valorização profissional dos efetivos 	

ANEXO III

UNIDADES ORGÂNICAS DEPENDENTES DESCONCENTRADAS
- UNIDADES HOMOGÉNEAS

OBJETIVOS OPERACIONAIS

OBJETIVOS COMUNS DETERMINADOS PARA OS ARQUIVOS DISTRITAIS				
OBJETIVO	INDICADOR		META	SUPERAÇÃO
OB. 1: Aumentar o número de representações digitais disponíveis para consulta através do módulo Web do Digitarq.	IND 1: # de imagens disponibilizadas no módulo Web do DIGITARQ em 2015		456.760	559.915
OB. 1: Aumentar o número de registos descritivos de documentos disponíveis para consulta através do módulo Web do Digitarq.	IND 2: # de registos descritivos disponibilizados através do módulo Web do DIGITARQ em 2015		313.950	385.150
OB. 3: Melhorar a qualificação dos registos já disponibilizados on-line, de forma a possibilitar a sua recolha e acessibilidade através do Portal Português de Arquivos.	IND 3: # de novos registos/descrições integrados no Portal Português de Arquivos		74.500	101.350
ARQUIVOS DISTRITAIS	N.º OBJ	N.º IND	META	SUPERAÇÃO
ADAVR	1	1		
	2	2		
	3	3		
ADBJA	1	1	10.000	12.000
	2	2	100.000	125.000
	3	3	0	0
ADBRG	1	1	260	415
	2	2	150	300
	3	3	1.500	2.500
ADCTB	1	1	93.500	94.500
	2	2	3.000	3.500
	3	3	3.000	3.500
ADEVR	1	1	100.000	130.000
	2	2	8.000	10.000
	3	3	8.000	10.000
ADFAR	1	1	42.000	42.500
	2	2	4.000	4.500
	3	3	4.000	4.500
ADGRD	1	1	25.000	35.000

	2	2	10.000	12.000
	3	3	5.000	7.500
ADLRA	1	1	80.000	104.000
	2	2	10.000	13.000
	3	3	12.000	15.600
ADPRT	1	1	15.000	25.000
	2	2	4.000	6.000
	3	3	4.000	6.000
ADPTG	1	1	17.000	20.000
	2	2	5.000	6.000
	3	3	5.000	6.000
ADSTB	1	1	10.000	13.000
	2	2	3.000	4.000
	3	3	15.000	20.000
ADSTR	1	1	40.000	52.000
	2	2	2.500	3.250
	3	3	2.500	3.250
ADVCT	1	1	4.000	6.500
	2	2	300	600
	3	3	3.000	6.000
ADVIS	1	1	8.000	10.000
	2	2	150.000	180.000
	3	3	7.500	10.000
ADVRL	1	1	10.000	11.000
	2	2	10.000	11.000
	3	3	4.000	6.500
CPF	1	1	2.000	4.000
	2	2	4.000	6.000
	3	3	0	0
Total			845.210	1.046.415